



JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

Processo Seletivo Público para contratação de estagiários nas áreas de Direito e Contábeis

Subseção Judiciária de Caruaru/PE

P R O V A

Direito Constitucional
Direito Administrativo
Direito Processual Civil
Direito Civil
Direito Penal
Direito Processual Penal
Direito Tributário

Caderno de Prova – DIREITO

NOME DO CANDIDATO: _____

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50;
 - contém 01 questão subjetiva;
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da questão subjetiva.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.

VOCÊ DEVE:

- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- assinalar a resposta na folha de respostas com caneta azul ou preta, seguindo este exemplo:
 A B C D E
- ler o que se pede na Questão Subjetiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você deverá transcrever a questão subjetiva, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em qualquer hipótese.
- Você terá o total de **04 (quatro) horas** de prova para responder todas as questões e transcrever a questão subjetiva.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador junto com a folha de respostas e a questão subjetiva.

GRUPO I

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Acerca do conceito, do objeto, dos elementos e da classificação das constituições, assinale a opção CORRETA:

- a) A Constituição, na visão de Carl Schmitt, que defende uma concepção sociológica, consiste na "somatória dos fatores reais do poder dentro de uma sociedade".
- b) Segundo a concepção jurídica, de autoria de Hans Kelsen, a Constituição consiste em fundamento de validade de todo o sistema infraconstitucional, não havendo, sob o aspecto da positivação jurídica, nenhuma norma superior a Constituição, sendo esta dotada de Autoprimazia.
- c) Quanto à alterabilidade, a Constituição brasileira é considerada semirrígida, pois admite mudança por meio de emenda, respeitados os limites por ela impostos.
- d) Quanto ao conteúdo, a Constituição material compreende as normas que, mesmo não sendo pertinentes à matéria constitucional, se encontram inseridas em um documento escrito e solene.
- e) A Constituição da República de 1988 é exemplo de Constituição outorgada.

2. "Recomenda que os aplicadores da Constituição, em face de normas infraconstitucionais de múltiplos significados, escolham o sentido que as torne constitucionais e não aquele que resulte na declaração de sua inconstitucionalidade, esse cânone interpretativo ao mesmo tempo que valoriza o trabalho legislativo, aproveitando ou conservando as leis, previne o surgimento de conflitos, que se tornariam crescentemente perigosos caso os juízes, sem o devido cuidado, se pusessem a invalidar os atos da legislatura." (Inocêncio Mártires Coelho)

No âmbito da interpretação das normas constitucionais, mencionado excerto representa a noção do:

- a) Princípio da força normativa da Constituição.
- b) Princípio da máxima efetividade.
- c) Princípio da interpretação conforme a Constituição.
- d) Princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade.
- e) Princípio da isonomia.

3. No concernente aos direitos e garantias fundamentais, marque a alternativa CORRETA:

- a) Os direitos e garantias fundamentais restringem-se àqueles previstos no Título II da Constituição da República do Brasil.
- b) Todos os direitos fundamentais são considerados cláusulas pétreas.
- c) A Constituição brasileira elenca três situações, nas quais uma desapropriação poderá ocorrer: utilidade pública; necessidade pública; e interesse social. Há previsão expressa no sentido de que toda desapropriação gera um dever de indenização, a qual deverá ser justa, previa e sempre em dinheiro.
- d) Segundo a doutrina, existem dois tipos de eficácia dos direitos fundamentais: vertical, que representa a aplicação desses direitos nas relações entre o particular e o poder público; e horizontal, também denominada de eficácia privada ou externa, a qual é relacionada à incidência dos direitos fundamentais nas relações privadas.
- e) A Constituição da República do Brasil assegura expressamente, em seu artigo 5º: o direito de herança, a impenhorabilidade do bem de família e o sigilo de correspondência.

4. Considerando as normas da Constituição da República Federativa do Brasil sobre a organização do Estado, NÃO se trata de competência privativa da União legislar sobre:

- a) desapropriação.
- b) serviço postal.
- c) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.
- d) organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
- e) educação, cultura, ensino e desporto.

5. Acerca do Poder Constituinte marque a opção INCORRETA:

- a) O titular do Poder Constituinte é o povo, todavia o seu exercício pode ocorrer com ou sem participação popular.
- b) O Poder Constituinte Originário tem como objetivo principal criar um novo Estado, criando uma nova ordem jurídica.
- c) O processo de revisão constitucional e de emenda à Constituição representam expressões do Poder Constituinte Derivado de Reforma.
- d) O Poder Constituinte Derivado Decorrente consiste na possibilidade dos Estados membros de se auto-organizarem através de suas Constituições Estaduais próprias, sem necessidade de observar as regras limitativas da Constituição Federal.
- e) A emenda constitucional que desconsidera o princípio da imunidade tributária recíproca entre os entes da Federação ofende as cláusulas pétreas da Constituição.

6. A respeito do regime de responsabilidade do Presidente da República, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O ato do Presidente da República que atenta contra o livre exercício do Poder Judiciário não é considerado crime de responsabilidade.
- b) Na Constituição brasileira, é assegurada ao Presidente da República a prerrogativa de somente ser processado, seja por crime comum, seja por crime de responsabilidade, após o juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados.
- c) No caso de prática de crime de responsabilidade pelo Presidente da República, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) Será necessário aguardar o término de seu mandato para o processamento e julgamento respectivo, visto que não pode haver nenhum tipo de responsabilização do Presidente da República na vigência de seu mandato.
- e) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou a queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça.

7. No concernente aos Tribunais Regionais Federais e aos Juízes Federais, marque a opção INCORRETA:

- a) Na composição dos Tribunais Federais Regionais aplica-se a regra do quinto constitucional.
- b) Compete à Justiça Federal processar e julgar as ações propostas em face da Caixa Econômica Federal.
- c) A Constituição brasileira exclui da competência federal as causas relativas a acidente do trabalho. Assim, uma ação previdenciária acidentária trabalhista não será da competência da Justiça Federal.
- d) Compete aos juízes federais processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, mesmo nos casos em que a discussão envolver somente direito pessoal de um único índio.
- e) As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

8. Assinale a alternativa correta acerca do regramento constitucional do Ministério Público:

- a) Os membros do Ministério Público poderão exercer a advocacia, desde que não optem pelo regime de exclusividade no momento do ingresso na carreira, sendo-lhes vedado litigar contra a unidade federada a que se vinculam.
- b) A legitimação do Ministério Público para propor ações civis impede a de terceiros nas hipóteses de proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- c) O controle interno da atividade policial é uma das funções institucionais do Ministério Público.
- d) Os princípios institucionais do Ministério Público são a unidade, a indivisibilidade e a inamovibilidade.
- e) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

09. Acerca do conceito e dos princípios gerais do Direito Administrativo, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Segundo José dos Santos Carvalho Filho, o Direito Administrativo consiste no conjunto de normas e princípios que, visando sempre ao interesse público, regem as relações jurídicas entre as pessoas e órgãos do Estado e entre este e as coletividades a que devem servir.
- b) Os princípios basilares do Direito Administrativo são: o da Supremacia do Interesse Público e o da Indisponibilidade do Interesse Público.
- c) A Constituição vigente prevê expressamente os seguintes princípios a serem observados pela Administração Pública: legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade; e eficiência.
- d) É possível afirmar que a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública consiste em forma de preservar a moralidade no serviço público.
- e) O princípio da eficiência trata-se de dever constitucional da Administração, devendo o administrador agir com produtividade, presteza, perfeição e rendimento funcional, mas não com economicidade.

10. Sobre os poderes administrativos, as entidades administrativas e o uso e abuso do poder, considere:

I – As pessoas jurídicas da administração indireta sofrem controle e fiscalização da administração direta, todavia não existe hierarquia entre elas.

II – As empresas públicas e sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito público, não são criadas por lei, mas a sua instituição depende de autorização legislativa.

III – O poder de polícia da administração pública visa solucionar a tensão existente entre liberdade individual e defesa do interesse público.

IV – O poder disciplinar autoriza a Administração a punir internamente as infrações funcionais praticadas por seus servidores e as infrações administrativas cometidas por particulares a ela ligados por algum tipo de vínculo jurídico específico, havendo discricionariedade no dever do administrador público de punir quem comprovadamente tenha praticado uma infração disciplinar.

V – São espécies de abuso de poder: o excesso de poder e o desvio de finalidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e V.
- b) I, II e IV.
- c) III, IV e V.
- d) III e IV.
- e) IV e V.

11. Acerca de atos administrativos, marque a assertiva CORRETA:

- a) A autorização é ato administrativo vinculado e precário, podendo o administrado exigir sua emissão caso estejam satisfeitos todos os requisitos estabelecidos em norma.
- b) A dispensa é exemplo de ato administrativo discricionário, mediante o qual a autoridade administrativa exonera o administrado segundo critérios de conveniência e oportunidade.
- c) São atributos de todos os atos administrativos a imperatividade e a auto-executoriedade.
- d) Os atos administrativos cujos efeitos se exauriram não podem ser revogados, visto que a revogação não retroage, limitando-se a impedir que o ato continue a produzir efeitos.
- e) Os atos administrativos vinculados são passíveis de controle pelo Poder Judiciário, enquanto que os atos discricionários submetem-se apenas ao poder hierárquico da administração pública.

12. Acerca dos contratos administrativos e da licitação, marque a alternativa CORRETA:

- a) Será nulo qualquer contrato administrativo celebrado e ajustado verbalmente com a administração pública.
- b) É vedada a combinação das modalidades de licitação previstas em lei, mas, nos casos em que couber convite, a administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- c) A licitação consiste em um procedimento administrativo que objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, não se preocupando, todavia, com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- d) Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tanto a administração quanto os licitantes estão subordinados às regras do edital ou da carta-convite, razão pela qual a lei veda, em caráter absoluto, modificação no instrumento convocatório.
- e) A administração pública é dispensada de realizar certame licitatório nas compras de hortifrutigranjeiros.

13. No que se refere aos direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos, marque a alternativa CORRETA:

- a) É assegurado ao servidor o exercício do direito de petição, sendo cabível pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão; não se admite, contudo, a renovação do pedido de reconsideração.
- b) Indenizações, gratificações e adicionais são tipos de vantagens pecuniárias que poderão ser pagas ao servidor público e que se incorporam ao vencimento e provento para qualquer efeito.
- c) A responsabilidade administrativa do servidor que praticar ato doloso, do qual resulte em prejuízo ao erário nunca será afastada, nem mesmo em caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- d) São exemplos de deveres do servidor: atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo, e cumprir as ordens superiores, mesmo quando manifestamente ilegais.
- e) Não poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante, mesmo quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição.

14. No que tange ao controle e à responsabilidade da administração pública, assinale a opção CORRETA:

- a) No ordenamento jurídico brasileiro, o Estado sujeita-se à teoria da responsabilidade objetiva, a qual possui como fundamento a teoria do risco integral.
- b) A regra no direito moderno é a de que os danos causados aos indivíduos em decorrência exclusivamente dos atos de multidões (por exemplo, protesto realizado por estudantes em busca do passe livre) sempre acarreta a responsabilidade civil do Estado.
- c) Não pode o Estado ser responsabilizado por dano resultante de atos praticados pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário.
- d) É possível citar como exemplos de instrumentos utilizados no exercício do controle judiciário o mandado de segurança e o mandado de injunção.
- e) Os atos administrativos editados pelo Poder Executivo poderão ser por ele revogados, mediante controle interno, ou revogados pelo Poder Judiciário.

15. Assinale a opção CORRETA no que se refere a desapropriação:

- a) Denomina-se direito de extensão a faculdade de o expropriado permanecer na propriedade durante certo período após a conclusão do procedimento de desapropriação.
- b) Mediante a desapropriação, forma restritiva de intervenção do Estado na propriedade privada, o poder público retira alguma das faculdades relativas ao domínio, todavia mantém a propriedade em favor do dono.
- c) A ação de desapropriação judicial possui procedimento especial e objeto limitado, uma vez que nela somente é possível discutir questões relacionadas ao valor da indenização e à existência de algum vício processual.
- d) O procedimento da desapropriação compreende as fases declaratória e executória. Na primeira, a declaração expropriatória pode ser feita somente pelo Poder Executivo, ao passo que a fase executória desenvolve-se apenas no âmbito do Poder Judiciário.
- e) No caso de imissão prévia na posse do imóvel, na desapropriação por utilidade pública, não serão devidos juros compensatórios.

16. Em relação à Lei n.º 8.429/1992, que dispõe sobre improbidade administrativa, assinale a opção INCORRETA:

- a) A perda da função pública é sanção que se aplica a todas as condutas praticadas por agentes públicos que caracterizam ato de improbidade, como são as que causam enriquecimento ilícito, as que causam prejuízo ao erário e as que atentam contra os princípios da administração pública.
- b) Tratando-se da prática de ato de improbidade administrativa que importem enriquecimento ilícito, a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, limita-se ao prazo de cinco anos.
- c) O servidor público que lesionar o patrimônio público deve ressarcir integralmente o dano, ainda que sua ação ou omissão seja culposa.
- d) São sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa não apenas aqueles que exercem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta e indireta, mas também, os terceiros que, na condição de particulares, concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem direta ou indiretamente.
- e) No caso de reeleição de ocupante de mandato eletivo, o prazo prescricional de cinco anos para propositura da ação por atos de improbidade somente se inicia a partir do término do último mandato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. No concernente à jurisdição e à competência, é CORRETO afirmar:

- a) A jurisdição consiste em uma técnica de solução de conflitos por heterocomposição, na qual um terceiro imparcial, de modo imperativo, substituiu a vontade das partes e determina a solução do problema apresentado através do caso concreto.
- b) O poder instrutório nunca pode ser delegado a outro órgão do Poder Judiciário.
- c) Caso o réu não tenha domicílio certo e conhecido, poderá ser demandado em qualquer domicílio, salvo o do autor.
- d) A perpetuação da jurisdição consiste na regra de estabilização processual, segundo a qual a competência é fixada no momento da propositura da demanda, nunca admitindo exceções.
- e) A competência da Justiça Federal é constitucional e taxativa, não podendo, em nenhuma hipótese, ser atribuída à Justiça Estadual.

18. Tendo em vista as normas atinentes aos princípios gerais do processo e os pressupostos processuais, assinale a opção INCORRETA:

- a) Tipifica o princípio da eventualidade o fato de a lei processual deduzir que compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa e nela expor todas as razões de fato e direito com que impugna o pedido do autor.
- b) Será julgada improcedente a pretensão do autor nos casos de ausência de pressupostos processuais.
- c) São considerados exemplos de pressupostos de existência do processo: capacidade de ser parte e existência de órgão investido de jurisdição.
- d) Segundo o princípio da adstrição ou congruência, o pedido formulado pelo autor delimita a jurisdição a ser prestada.
- e) Os pressupostos de existência válida ou de desenvolvimento regular do processo podem ser de ordem subjetiva e objetiva.

19. Acerca dos sujeitos do processo, marque a alternativa CORRETA:

- a) O juiz pode, de ofício, conceder a antecipação dos efeitos da tutela, mas somente quando observar que o réu está abusando do direito de defesa.
- b) O juiz deverá declarar-se suspeito quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica parte na causa.
- c) O Ministério Público atua como parte ou como fiscal da lei, podendo também atuar como mandatário ou procurador da parte.
- d) Os litisconsortes simples são considerados litigantes distintos e independentes uns dos outros em suas relações com a parte adversa.
- e) A denunciação da lide é um tipo de intervenção de terceiros que consiste numa demanda regressiva eventual, somente podendo ser provocada pelo réu.

20. No que concerne aos atos processuais, é INCORRETO afirmar:

- a) É defeso às partes, mesmo que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
- b) Em razão de seu caráter itinerante, a diligência contida na carta precatória poderá ser cumprida por juízo diverso daquele indicado pelo juízo deprecante quando de sua expedição.
- c) Em caso de antecipação de data de audiência, a intimação aos advogados das partes deve ser feita pessoalmente.
- d) No sistema de nulidades dos atos processuais, adota-se o princípio do “pas de nullité sans grief”.
- e) A penhora e a citação poderão ser realizadas aos domingos, independentemente de autorização judicial, quando o adiamento puder causar grave prejuízo à parte ou à própria prestação jurisdicional.

21. Acerca da formação, extinção e suspensão do processo, assinale a opção CORRETA:

- a) Alienado o bem objeto da lide, será impositiva a alteração subjetiva do processo.
- b) Considerando que a decadência e a prescrição são questões prejudiciais, ambas acarretam a extinção do processo sem resolução de mérito.
- c) No caso de falecimento da parte autora da ação após a sentença, o processo deverá ser suspenso para que seja feita a sucessão processual, ou seja, deve ser providenciada a habilitação do espólio ou de seus sucessores no feito.
- d) Antes da citação da parte demandada, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir.
- e) A desistência da ação, a qual depende de homologação judicial, assim como a renúncia do direito acarretam a extinção do processo sem resolução de mérito.

22. Assinale a opção CORRETA acerca do procedimento ordinário:

- a) É facultada ao autor a cumulação de pedidos na petição inicial, desde que haja conexão entre eles.
- b) A citação do réu antes da prolação da sentença é ato indispensável, ainda que a matéria controvertida seja unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos.
- c) Ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades que possam dificultar o julgamento do mérito, o juiz deverá indeferir-la imediatamente.
- d) Aplica-se, em regra, o ônus da impugnação especificada dos fatos na contestação ao curador e ao advogado dativo.
- e) O julgamento antecipado da lide é cabível logo após as providências preliminares, quando o juiz constata que não há necessidade de produção de novas provas.

23. No tocante às provas, é CORRETO afirmar que:

- a) No Direito Processual Civil Brasileiro o juiz detém poder instrutório, podendo produzir provas independentemente de requerimento das partes. Todavia, o exercício desse poder depende do tipo do direito discutido, sendo aplicável somente nos casos envolvendo direitos disponíveis.
- b) O ônus da prova incumbe ao autor em caso de existência de fato impeditivo de seu direito e ao réu em caso de fato constitutivo do direito do autor.
- c) No sistema jurídico brasileiro, vigora, na apreciação da prova, o princípio da persuasão racional, ou do livre convencimento motivado. Toda decisão deve ser devidamente motivada pelo que consta dos autos, limitada ao pedido formulado pela parte e obtida mediante a aplicação das regras processuais formais.
- d) O documento público tem força probante e goza de presunção de veracidade acobertada pela fé pública do oficial quanto aos elementos de formação do ato e à verdade das afirmações das partes feitas perante o oficial.
- e) A prova oral produzida em determinado processo entre terceiros pode ser validamente aproveitada em outro processo, na mesma forma em que foi produzida no processo originário, ou seja, como prova oral.

24. Sobre sentença e coisa julgada, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Está sujeita ao reexame necessário toda sentença condenatória proferida contra a Fazenda Pública, ainda que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a sessenta salários mínimos.
- b) A fundamentação da sentença não fica coberta pela coisa julgada material.
- c) O juiz pode modificar sentença já publicada para correção de erro material.
- d) A decisão proferida pelo magistrado será considerada extra petita quando, sem analisar o pedido deduzido, delibera sobre pleito não formulado pela parte.
- e) A sentença transitada em julgado que condena o devedor a emitir declaração de vontade produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.

DIREITO CIVIL

25. No que diz respeito às normas atinentes às pessoas naturais e jurídicas, marque a opção CORRETA:

- a) De acordo com o que dispõe o Código Civil, um indivíduo maior de 18 anos de idade que faz uso eventual de entorpecente é considerado relativamente incapaz.
- b) A emancipação antecipa a capacidade plena do indivíduo, somente podendo ser concedida através de decisão judicial.
- c) A desconsideração da personalidade jurídica trata-se de medida sancionatória, na qual o magistrado, de forma fundamentada e desde que preenchidos os requisitos previstos em lei, afasta provisoriamente a personalidade da pessoa jurídica para atingir o patrimônio pessoal do sócio ou administrador que cometeu determinado ato abusivo.
- d) As associações, pessoas jurídicas de direito privado, são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, havendo entre os associados direitos e obrigações recíprocos.
- e) As fundações, assim como as associações e as sociedades, são pessoas jurídicas de direito privado, resultantes da união de indivíduos.

26. Com relação aos bens, pode-se afirmar:

- a) As ações que o indivíduo possua em uma sociedade empresária e o direito à sucessão aberta constituem exemplos de bens imóveis por determinação legal.
- b) O imóvel que possui a natureza de bem de família é impenhorável, não respondendo por qualquer tipo de dívida, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.
- c) A alienação dos bens públicos de uso comum do povo e dos de uso especial dependerá de prévia autorização judicial.
- d) Os bens públicos estão sujeitos à usucapião.
- e) Em regra, consideram-se bem de uso especial os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público, constituindo seu patrimônio, a que se tenha dado estrutura de direito privado.

27. A respeito dos negócios jurídicos, marque a opção CORRETA:

- a) Quanto a sua formação, os negócios jurídicos são sempre bilaterais, fazendo-se necessária a declaração expressa de vontade de duas ou mais pessoas para torná-lo perfeito e eficaz.
- b) O negócio jurídico será considerado nulo quando celebrado mediante coação.
- c) O contrato é a única espécie de negócio jurídico existente no ordenamento jurídico brasileiro.
- d) Vigora no Direito Brasileiro o princípio da liberdade da forma dos negócios jurídicos, ou seja, em regra possuem forma livre, salvo nos casos previsto em lei, nos quais se prescreve forma determinada para efeito de prova do próprio negócio em juízo.
- e) O dolo recíproco não impede a anulação do negócio jurídico.

28. No tocante à prescrição e à decadência, marque a opção INCORRETA:

- a) O prazo decadencial é aquele para o exercício de direito potestativo e pode ser de natureza legal ou convencional.
- b) O prazo prescricional, o qual é relacionado à pretensão, corre normalmente contra os relativamente incapazes.
- c) A prescrição ocorrerá em dez anos quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- d) No contrato regularmente formalizado por escrito, as partes podem renunciar a decadência fixada em lei.
- e) A interrupção do prazo prescricional somente poderá ocorrer uma única vez.

29. No que se refere ao direito das obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Em se tratando de obrigação de fazer, é permitido ao juiz, de ofício, ou a requerimento da parte, a imposição de multa cominatória.
- b) No caso de obrigação de restituir coisa certa, vindo esta a se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, a obrigação resolve-se automaticamente, preservado, todavia, o direito do credor de receber indenização ou de exigir a restituição da coisa.
- c) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- d) Na solidariedade passiva, não há diferença entre renúncia e remissão da solidariedade, em ambas o devedor beneficiado fica totalmente liberado do adimplemento da obrigação.
- e) Nas obrigações em que há solidariedade ativa, em regra, convertendo-se a prestação em perdas e danos, não subsistirá mais, para todos os efeitos, a solidariedade.

30. É CORRETO afirmar sobre a extinção das obrigações e o pagamento indevido:

- a) O pagamento consiste no adimplemento voluntário da obrigação, devendo ser feito, em regra, no domicílio do credor.
- b) Na dação em pagamento, forma especial de pagamento, é dispensável a existência de dívida vencida.
- c) A compensação pode ser conceituada como forma de pagamento indireto em que há a extinção de dívidas mútuas ou recíprocas, até onde se compensarem.
- d) A compensação poderá ser judicial ou legal, mas nunca poderá decorrer de acordo de vontades das partes.
- e) Se o pagamento indevido for voluntário, a restituição não dependerá da prova do erro.

GRUPO II

DIREITO PENAL

31) Para a fixação da pena base, na dosimetria da sentença penal condenatória, são levados em consideração os seguintes fatores, EXCETO:

- a) a personalidade do agente.
- b) o comportamento da vítima.
- c) os motivos que levaram ao crime.
- d) os antecedentes criminais.
- e) a prescrição.

32) Extinguem a punibilidade:

- a) a retroatividade da lei que considera o fato como criminoso e o indulto.
- b) o casamento da vítima com o agente nos crimes contra os costumes e a renúncia ao direito de queixa.
- c) a anistia e a graça.
- d) a renúncia do agente e a prescrição.
- e) o perdão da vítima e a irretroatividade da lei.

33) Sobre a aplicação da lei penal, é CORRETO dizer que:

- a) a lei excepcional ou temporária não se aplica ao fato praticado durante sua vigência, se decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- b) considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- c) a lei brasileira não se aplica aos crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Direito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público, se praticados no estrangeiro.
- d) considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, sendo irrelevante onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- e) aplica-se a lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, aos crimes contra a administração pública praticados por qualquer pessoa.

34) Maria, moradora de Caruaru, era esposa de João, aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social, por tempo de contribuição. Com o falecimento de João, devido a inúmeras dívidas deixadas por ele com remédios e consultas, além dos gastos com o funeral, Maria reteve o cartão de benefício do falecido por seis meses, sacando o benefício para a quitação das citadas dívidas, informando sobre o falecimento de seu esposo ao INSS após esse período. A conduta de Maria:

- a) não é crime, pois ela possuía o direito ao recebimento de pensão por morte e ela mesma informou o óbito.
- b) enquadra-se no crime de falsidade ideológica, pois ela não informou sobre o falecimento de seu esposo.
- c) é crime contra a fé pública.
- d) é estelionato previdenciário.
- e) é furto qualificado, tendo como vítima o INSS.

35) Configura o crime de moeda falsa, EXCETO:

- a) falsificar moeda metálica em curso no estrangeiro.
- b) reintroduzir à circulação papel-moeda que tendo recebido de boa-fé, por acreditar ser ela verdadeira, depois de conhecer a falsidade.
- c) tendo recebido papel-moeda que reconheceu ser falsa, tentar devolvê-la a quem lhe repassou, informando sobre a falsidade.
- d) fazer circular moeda, cuja circulação ainda não estava autorizada.
- e) autorizar o diretor do Banco Central do Brasil a fabricação de papel-moeda em quantidade superior à autorizada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

36) De acordo com a previsão do Código de Processo Penal, a audiência de instrução e julgamento será:

- a) uma, procedendo-se primeiro ao interrogatório do acusado, depois a inquirição das testemunhas de defesa e por fim das testemunhas de acusação.
- b) dividida em duas, sendo a primeira para oitiva das testemunhas de acusação e a segunda para o interrogatório, seguido das testemunhas de defesa.
- c) dividida em três, a primeira para a oitiva das testemunhas de defesa, a segunda para a oitiva das testemunhas de acusação e, por fim, a última, na qual se dará o interrogatório do acusado.
- d) uma, ouvindo-se primeiramente as testemunhas arroladas pela acusação, depois as testemunhas arroladas pela defesa e, por fim, o interrogatório do acusado.
- e) dividida em duas, sendo a primeira para oitiva das testemunhas de acusação, seguindo-se das testemunhas de defesa e a segunda para o interrogatório.

37) Sobre a prisão preventiva, assinale a INCORRETA:

- a) É possível sua decretação se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, analisados os demais requisitos.
- b) Poderá ser decretada em crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.
- c) Poderá ser decretada por conveniência da instrução criminal.
- d) Necessário haver prova da existência do crime e indício suficiente da autoria.
- e) Somente é possível sua decretação no curso de uma ação penal.

38) A respeito das citações e intimações, é CORRETO dizer:

- a) Nunca poderá haver citação por carta precatória.
- b) Quando o acusado estiver preso, será citado por edital.
- c) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.
- d) A intimação do membro do Ministério Público poderá ser feita por publicação em órgão oficial de imprensa.
- e) Não é possível no processo penal a citação por hora certa.

39) Sobre a sentença e os recursos previstos no Código de Processo Penal, é CORRETA apenas uma das alternativas abaixo:

- a) Quando da sentença condenatória, deverá o juiz fixar o valor mínimo da indenização, para a reparação dos danos causados pela infração.
- b) Da sentença é cabível embargos de declaração no prazo de 05 (cinco) dias.
- c) O habeas corpus é o principal recurso previsto no Código de Processo Penal.
- d) O réu que possua advogado constituído não precisará ser intimado pessoalmente da sentença, uma vez que seu advogado é intimado por publicação.
- e) Do não recebimento da denúncia cabe apelação.

40) Abel falsificou 10 notas de R\$ 100,00 na cidade de Recife/PE. Repassou essas notas a três amigos seus: Bruno, Carlos e Danilo. Bruno introduziu em circulação as notas falsas na cidade de Palmares/PE. Carlos guardou as notas em sua residência, na cidade de Garanhuns/PE. Danilo comprou de um comerciante de nome Eraldo, na cidade de Petrolina/PE, mercadorias que foram pagas com as notas falsas que recebeu. Quando estava em Caruaru/PE, a passeio, Eraldo identificou que a nota que recebera em Petrolina/PE era falsa e, para não ficar no prejuízo, tentou comprar uma água, no valor de R\$ 2,00, com a nota de R\$ 100,00 falsa. Operações policiais prenderam Abel, Carlos e Eraldo, todos pelo delito previsto no art. 289 do Código Penal (moeda falsa). Sabendo que em todas as cidades citadas há vara federal instalada, onde cada um dos presos será processado, respectivamente:

- a) Recife, Garanhuns e Caruaru.
- b) Todos podem ser processados em Recife.
- c) Caruaru, Garanhuns e Petrolina.
- d) Recife, Garanhuns e Petrolina.
- e) Em qualquer cidade das citadas podem ser processados.

41) Em relação à denúncia assinale a INCORRETA:

- a) Poderá ser apresentada sem ter sido originada em inquérito policial.
- b) Não há prazo para seu oferecimento se o acusado estiver solto ou preso.
- c) Após o oferecimento da denúncia, a representação é irretratável.
- d) Nos crimes de ação penal pública, somente poderá ser apresentada denúncia pelo membro do Ministério Público.
- e) Nos crimes de ação privada, não poderá o Ministério Público aditar a queixa.

42) Em relação às provas e aos sujeitos do processo penal, é correto dizer, EXCETO:

- a) O juiz poderá, de ofício, ainda que antes de iniciada a ação penal, determinar a produção antecipada de provas, se presentes os requisitos para tanto.
- b) A testemunha não pode levar seu depoimento por escrito.
- c) O juiz, se for amigo íntimo de uma das partes, deverá dar-se por suspeito.
- d) O interrogatório do acusado não é uma prova, já que ele não precisa falar a verdade.
- e) Aplicam-se aos servidores da justiça as causas de suspeição, no que for cabível.

DIREITO TRIBUTÁRIO

43) Nos termos da Constituição Federal, cuidando-se de matéria relativa à limitação do poder de tributar, NÃO é vedado:

- a) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- b) aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco e instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- c) ao Distrito Federal instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- d) à União, dentre outras hipóteses, instituir isenções de tributos de competências dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- e) à União, aos Estados e aos Municípios, cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos depois do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

44) Em relação ao Sistema Tributário Nacional, previsto na Constituição Federal de 1988, cabe à lei complementar, EXCETO:

- a) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- b) dispor sobre os impostos federais.
- c) estabelecer critérios especiais de tributação, para prevenir desequilíbrios da concorrência.
- d) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre os membros da federação.
- e) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.

45) São exemplos de tributos federais:

- a) IR, ITR, CSLL e COFINS.
- b) IR, ICMS, CSLL e ITR.
- c) ITR, INSS, CSLL e COFINS.
- d) IPTU, ITR, II e IE.
- e) ITR, ISS, INSS e IR.

46) São princípios do Direito Tributário, EXCETO:

- a) princípio da legalidade e princípio da anterioridade.
- b) princípio da anterioridade e princípio da irretroatividade.
- c) princípio da impessoalidade e princípio da moralidade.
- d) princípio da proibição do confisco e princípio da isonomia.
- e) princípio da capacidade contributiva e princípio da uniformidade geográfica.

47) Em relação à classificação e às espécies de tributos, assinale a ERRADA:

- a) São espécies de tributos a taxa, os impostos e as contribuições de melhoria.
- b) Os tributos, quanto à atuação estatal, são classificados entre vinculados e não vinculados.
- c) Quanto a sua função os tributos podem ser: fiscal, extrafiscal e parafiscal.
- d) Os empréstimos compulsórios não são considerados tributos pela Constituição Federal.
- e) Impostos pessoais são os que levam em consideração a capacidade econômica do contribuinte.

48) Quanto à legislação tributária, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo o Código Tributário Nacional, a expressão legislação tributária somente se refere às leis em sentido estrito.
- b) O uso da analogia, quando da interpretação da legislação tributária, permite a exigência de um tributo não previsto em lei.
- c) As leis tributárias aplicam-se imediatamente a todos os fatos geradores, independente de quando tenham ocorrido.
- d) Os tratados internacionais em nada interferem na legislação tributária.
- e) Quando a norma tributária tratar de suspensão do crédito tributário, sua interpretação deve ser literal.

49) Em relação à obrigação tributária, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Somente possuem capacidade tributária passiva as pessoas naturais que já possuam a capacidade civil.
- b) A obrigação tributária tanto pode ser principal como acessória.
- c) O sujeito ativo do IPTU é o município.
- d) Ocorrendo o fato gerador, surge a obrigação tributária.
- e) Contrato de aluguel de imóvel pode prever que o inquilino seja o responsável pelo pagamento dos tributos referentes ao mesmo, mas essa cláusula não pode ser oposta à Fazenda Pública.

50) Quanto ao crédito tributário, é CORRETO dizer:

- a) A isenção é forma de extinção do crédito tributário.
- b) O lançamento constitui o crédito tributário.
- c) A suspensão do crédito tributário pode ocorrer através de antecipação dos efeitos da tutela somente nos casos de depósito integral do valor questionado.
- d) A remissão é forma de exclusão dos créditos tributários.
- e) Assim como a anistia, o pagamento exclui o crédito tributário.